

Instituto Germinare
Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2016 e 2015

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Deliberativo e Diretoria do
Instituto Germinare
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Germinare (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Germinare em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 utilizadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 24 de maio de 2016 sem modificações.

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração do Instituto, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Em nossa opinião, está adequadamente

apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração do instituto é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não,

com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do instituto;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração do instituto, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de novembro de 2017.

Pemom Auditores Independentes S.S.
CRC 2 SP 031.056/O-2



Henrique Silva Premoli
Contador CRC 1SP-250.993/O-6



Leonardo Abreu de Souza
Contador CRC 1SP-295.901/O-1

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>		<u>Nota</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	152.931	408.515	Fornecedores	7	434.504	106.213
Adiantamento à Fornecedores		48.399	45.589	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	8	1.702.146	1.281.275
				Outros passivos circulantes		1.047	2.124
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>201.330</u>	<u>454.104</u>	TOTAL DO CIRCULANTE		<u>2.137.697</u>	<u>1.389.612</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos, cauções e outros		10.160	-	Provisão para contingências	9	76.971	-
Imobilizado	5	12.011.632	10.423.606	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	8	414.061	757.506
Intangível	6	45.628	74.554	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>491.032</u>	<u>757.506</u>
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>12.067.420</u>	<u>10.498.160</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
TOTAL DO ATIVO		<u>12.268.750</u>	<u>10.952.264</u>	Patrimônio social		8.425.196	8.425.196
				Fundo de reserva estatutária		1.214.825	379.950
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>9.640.021</u>	<u>8.805.146</u>
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>12.268.750</u>	<u>10.952.264</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do superávit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)**

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		17.394.444	12.123.794
Receitas com doações	11	<u>17.394.444</u>	<u>12.123.794</u>
SUPERÁVIT BRUTO		17.394.444	12.123.794
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	12	(16.574.566)	(11.841.013)
Outras (despesas) receitas		31.524	-
RESULTADO OPERACIONAL		851.402	282.781
Receitas Financeiras		91.275	27.220
Despesas Financeiras		(107.802)	(147.859)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	13	<u>(16.527)</u>	<u>(120.639)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		834.875	162.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Superávit do exercício	<u>834.875</u>	<u>162.142</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u><u>834.875</u></u>	<u><u>162.142</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)**

	Patrimônio Social	Fundo de reserva estatutária	Superávit /(Déficit) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	8.425.196	217.808	-	8.643.004
Superávit do exercício	-	-	162.142	162.142
Incorporação do superávit do exercício	-	162.142	(162.142)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	8.425.196	379.950	-	8.805.146
Superávit do exercício	-	-	834.875	834.875
Incorporação do superávit do exercício	-	834.875	(834.875)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	8.425.196	1.214.825	-	9.640.021

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	834.875	162.142
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
. Provisão para riscos processuais	76.971	-
. Resultado na alienação de imobilizado e intangível	86.065	-
. Depreciação e amortização	<u>521.216</u>	<u>398.063</u>
	1.519.127	560.205
Redução (aumento) em ativos		
Outros ativos circulantes e não circulantes	(2.810)	(1.792)
Depósitos, cauções e outros	(10.160)	-
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	328.291	(101.445)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	77.426	78.732
Outros passivos circulantes e não circulantes	<u>(1.076)</u>	<u>508</u>
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>1.910.798</u>	<u>536.208</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	<u>(2.166.382)</u>	<u>(612.885)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.166.382)</u>	<u>(612.885)</u>
Variação líquida no exercício	(255.584)	(76.677)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>408.515</u>	<u>485.192</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>152.931</u>	<u>408.515</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas		
Receitas com doações	17.394.444	12.123.794
	<u>17.394.444</u>	<u>12.123.794</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.819.062)	(2.661.218)
	<u>(3.819.062)</u>	<u>(2.661.218)</u>
Valor adicionado bruto	<u>13.575.382</u>	<u>9.462.576</u>
Depreciação e amortização	(521.216)	(398.063)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>13.054.166</u>	<u>9.064.514</u>
Valor recebido em transferencia		
Receitas financeiras	91.275	27.220
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u><u>13.145.441</u></u>	<u><u>9.091.733</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	7.276.304	5.427.496
Benefícios	2.544.306	1.590.221
FGTS	496.343	402.060
	<u>10.316.953</u>	<u>7.419.777</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.847.338	1.333.837
Estaduais	2.225	1.259
	<u>1.849.563</u>	<u>1.335.096</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	102.414	141.384
Aluguéis	41.636	33.335
	<u>144.050</u>	<u>174.719</u>
Remuneração de capitais próprios		
Superávit / (Déficit) do exercício	834.875	162.142
	<u>834.875</u>	<u>162.142</u>
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u><u>13.145.441</u></u>	<u><u>9.091.733</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

1 Contexto operacional

O Instituto Germinare ("Instituto") é uma associação civil sem fins econômicos (lucrativos), de caráter social, educacional, cultural e de promoção social, regida pelo Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com sede e foro em São Paulo, Brasil.

Foi constituído e fundado em janeiro de 2009, com a missão de identificar potenciais talentos, a partir de um criterioso processo de identificação, que desde os 10 anos apresentam um perfil a ser desenvolvido como líder de negócios, além da intenção em atuarem na área de administração de empresas, para oferecer um ensino diferenciado para a formação de jovens executivos para o mercado de trabalho. Para isso, o Instituto estruturou uma Escola de Negócios que tem como propósito formar de maneira prática os seus alunos através do conhecimento em administração com aulas ministradas por professores altamente qualificados. Além do aprendizado em gestão de negócios, o Instituto Germinare prioriza a experiência efetiva dos seus alunos no trabalho com o Programa de Estágios remunerados ao longo do Ensino Médio, que visa alinhar e experimentar os aprendizados acadêmicos com as vivências dentro das organizações, contribuindo para o desenvolvimento da visão operacional e sistêmica, senso crítico, negociação, capacidade de inovação, postura profissional, senso de responsabilidade, habilidade comercial, liderança, gestão de pessoas e conduta ética, além de criar o vínculo com o negócio. Ao término deste ciclo de estágios, o aluno pode ser efetivado em uma função de liderança e gestor.

O Instituto Germinare promove desta forma, em caráter filantrópico e beneficente, atividades no setor educacional para jovens talentos, que de outra forma não teriam a oportunidade de desenvolverem seus potenciais, pois o propósito de capacitação desta Escola de Negócios é único no sentido de não subestimá-los, considerando que os alunos têm acesso a um conhecimento e experiência diferenciados e são apresentados desde cedo para o mercado de trabalho, permitindo assim que a sua formação seja competitiva em relação aos demais jovens. O Instituto tem como foco o investimento em educação, isto porque os seus fundadores acreditam que este é o principal pilar de transformação de qualquer sociedade.

A Escola de Negócios do Instituto Germinare, que é aprovada pelo Ministério da Educação (MEC), oferece sem custo um ensino em período integral e de alta qualidade, para aproximadamente 500 jovens, que ingressam no 6º ano do Ensino Fundamental II e estudam até a 3ª série do Ensino Médio. Em seu primeiro ano letivo, que foi em 2010, a Escola de Negócios iniciou as suas atividades contando com 180 alunos, atingindo em 2016 um total de 510 alunos. Em 2015 e 2016, o Instituto formou 144 jovens talentos, sendo que a grande maioria já ingressou no mercado de trabalho com carteira assinada e em faculdades reconhecidas.

O Patrimônio Social, representado por recursos financeiros e bens imobilizados, foi majoritariamente doado pela sua mantenedora JBS S.A., dentre outras empresas privadas e pessoas físicas.

Todos os recursos recebidos foram aplicados nas finalidades operacionais do Instituto Germinare, em conformidade com o Estatuto Social, através de capitalizações em investimentos patrimoniais e pagamentos de despesas, conforme verifica-se na demonstração do resultado.

O Instituto é isento do recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição social, com base na isenção tributária prevista na Lei nº 9.532/97.

Em setembro de 2015, o Instituto foi declarado como Órgão de Utilidade Pública Federal (UPF) pelo Ministério da Justiça, possibilitando portanto aos doadores a dedução até o limite de 2% do lucro operacional da pessoa jurídica doadora antes de computada a própria dedução, observadas as demais regras aplicáveis a doação desta natureza.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo em 10 de março de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em reais, foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 5 – Imobilizado

3 Principais políticas contábeis

Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações contábeis consistem basicamente no seguinte:

a) Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e despesas

As receitas de doações, pela sua natureza e periodicidade variáveis, são identificadas e contabilizadas por ocasião do seu efetivo recebimento pelo Instituto, em função da impossibilidade de precisão dos valores e datas de recebimento.

As despesas são apuradas em conformidade com o princípio contábil do regime de competência.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos reconhecimento e desreconhecimento

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é data na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício. Esses ativos abrangem o saldo de aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios.

c) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas estão apresentadas na nota explicativa 5.

d) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem aos softwares e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

f) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

g) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Receitas e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas bancárias e são registradas pelo regime de competência

j) Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 3 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

k) Demonstração do valor adicionado

O Instituto incluiu na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

l) Destinação do resultado

Fundo de reserva estatutária (artigo 24 do Estatuto Social) - Do superávit apurado, 5% deverá ser destinado à constituição do Fundo de Reserva estatutária, e o restante (95%) deverá ser destinado à reaplicação nas atividades do Instituto, nos exercícios seguintes.

m) Receita com trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2016 a Entidade registrou o montante de R\$ 120.000, referente à trabalhos voluntários dos membros integrantes de órgãos da administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.16	31.12.15
Caixa	2.928	1.188
Banco conta movimento	44.788	144.821
CDB	105.215	262.506
	152.931	408.515

As aplicações financeiras são de liquidez imediata são realizadas com banco de primeira linha, cuja a rentabilidade está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) . O rendimento médio aproximado em 2016 foi de 96% do CDI.

5 Ativo imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado por perda de valor recuperável, quando o valor contábil é superior ao valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação da unidade visando a manutenção, maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

	Taxas médias anuais de depreciação	31.12.16			31.12.15		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Edifícios e construções	2%	9.644.814	(1.109.450)	8.535.364	8.710.316		
Móveis e utensílios	7%	1.289.063	(492.407)	796.656	776.847		
Máquinas e equipamentos de informática	5%	1.843.228	(650.577)	1.192.651	841.682		
Instalações	1%	1.457.839	(33.472)	1.424.367	91.913		
Equipamentos de comunicação	10%	6.173	(2.993)	3.180	2.848		
Obras em andamento		59.414	-	59.414	-		
		14.300.531	(2.288.899)	12.011.632	10.423.606		
Movimentação do ativo imobilizado		31.12.15	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31.12.16
Edifícios e construções		8.710.316	18.004	-	-	(192.956)	8.535.364
Móveis e utensílios		776.847	133.258	-	(9.850)	(103.599)	796.656
Máquinas e equipamentos de Informática		841.682	564.328	-	(5.201)	(208.158)	1.192.651
Instalações		91.913	2.751	1.340.000	-	(10.297)	1.424.367
Equipamentos de comunicação		2.848	886	-	-	(554)	3.180
Obras em andamento		-	1.399.414	(1.340.000)	-	-	59.414
		10.423.606	2.118.641	-	(15.051)	(515.563)	12.011.632

6 Intangível

	Taxas médias anuais de amortização	31.12.16			31.12.15	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Software	10%	58.413	(12.785)	45.628	74.554	
		58.413	(12.785)	45.628	74.554	
Movimentação do ativo intangível		31.12.15	Adições	Baixas	Amortização	31.12.16
Software		74.554	47.741	(71.014)	(5.653)	45.628
		74.554	47.741	(71.014)	(5.653)	45.628

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

7 Fornecedores

	31.12.16	31.12.15
Materiais e serviços	434.504	106.213
	434.504	106.213

8 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	31.12.16	31.12.15
Salários e encargos Sociais	586.786	436.721
Provisões e encargos	462.757	337.828
PIS e COFINS a recolher	16.611	12.251
ISS a recolher	968	1.394
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	215.816	133.026
Encargos Sociais Parcelados (1)	828.122	1.106.634
Outros	5.148	10.926
	2.116.207	2.038.781
Desmembramento:		
Passivo circulante	1.702.146	1.281.275
Passivo não circulante	414.061	757.506
	2.116.207	2.038.781

Encargos Sociais Parcelados

(1) O Instituto Germinare possui em 31 de dezembro de 2016 tributos federais parcelados no valor de R\$ 828.122 (R\$ 1.106.634 em 31 de dezembro de 2015), decorrente de INSS Patronal não recolhidos do período de Março de 2010 à Dezembro de 2013 o qual mensalmente tem o valor de cada prestação acrescido dos juros correspondentes à variação mensal da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), vencíveis de acordo com as datas a seguir:

	31.12.16	31.12.15
Curto prazo	414.061	349.128
Longo prazo até 2019	414.061	757.506
	828.122	1.106.634

9 Provisão para contingências

O Instituto no curso normal dos seus negócios, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. O Instituto, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentado em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Com base nessa avaliação, considerando a perda como provável, as seguintes provisões foram efetuadas:

	31.12.16	31.12.15
Trabalhistas	76.971	-
	76.971	-

Movimentação da Provisão para riscos processuais

	31.12.15	Adições	Baixas	31.12.16
Trabalhistas	-	76.971	-	76.971
	-	76.971	-	76.971

O Instituto possui outras ações de natureza trabalhista no montante de R\$ 44.773, em 31 de dezembro de 2016, envolvendo riscos de perda, avaliadas pela Administração como possíveis e remota, para as quais não há provisão constituída, estando de acordo com os requerimentos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

10 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do Instituto poderá ser formado pelos superávits e/ou déficits acumulados e compreende o saldo inicial acrescido ou reduzido dos valores de superávit e déficit do período, destinados à manutenção de seu objeto social.

Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão revertidos para outra entidade que contenha fins idênticos ou similares aos objetivos sociais do Instituto, ou ainda, será revertido para o Instituidor, conforme previsto no artigo 26 do estatuto social.

11 Receitas

	31.12.16	31.12.15
Pessoa Jurídica - Mantenedor	14.406.000	9.228.000
Pessoa Jurídica - Terceiros	1.149.079	1.333.691
Doações de serviços	636.649	585.766
Pessoa Física - Terceiros	582.859	521.363
Doações de produtos	494.217	328.394
Trabalho voluntário	120.000	120.000
Outros	5.640	6.580
	17.394.444	12.123.794

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

12 Despesas administrativas e gerais

	31.12.16	31.12.15
Salários e encargos	(11.943.473)	(8.618.975)
Material de uso e consumo	(1.822.752)	(761.769)
Despesas com prestação de serviços	(1.345.223)	(1.512.371)
Depreciação e amortização	(521.216)	(398.063)
Manutenção e conservação	(483.975)	(192.312)
Feiras e eventos	(203.976)	(164.019)
Trabalho voluntário	(120.000)	(120.000)
Contingências e Indenizações Trabalhistas	(84.971)	-
Aluguéis de equipamentos	(41.636)	(72.008)
Despesas com taxas e anuidades	(7.343)	(1.496)
	<u>(16.574.566)</u>	<u>(11.841.013)</u>

13 Resultado financeiro líquido

	31.12.16	31.12.15
Receitas Financeiras		
Juros ativos	79.156	27.119
Descontos Obtidos	12.120	101
	<u>91.275</u>	<u>27.220</u>
Despesas Financeiras		
Tarifas bancárias	(1.648)	(2.007)
IOF	(3.741)	(4.468)
Juros passivos	(102.413)	(141.384)
	<u>(107.802)</u>	<u>(147.859)</u>
	<u>(16.527)</u>	<u>(120.639)</u>

14 Remuneração da Administração

O Instituto não concede, ao pessoal chave da administração, nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

15 Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "Não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizados mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016, o Instituto está sujeito ao fator de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. Cabe ressaltar, que para cumprir suas obrigações a mantenedora deverá prover os recursos conforme orçamento anual.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

16 Cobertura de seguros

O Instituto adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância. Os valores segurados são considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. Em 11 de janeiro de 2017 o Instituto renovou a apólice de seguro, sendo o limite máximo indenizável de cobertura de seguros era de R\$ 11.933 mil relativo ao imóvel, máquinas, instalações e móveis.

17 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Imposto de renda e contribuição social

Em atendimento ao item 27 letra "c" da ITG 2002 (R1) Entidades sem fins lucrativos, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

O Instituto não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

18 Eventos subsequentes

Em 2017, a entidade iniciou o ano letivo com 497 estudantes, sendo 150 do 6º ano do Ensino Fundamental II, porta de entrada para os jovens ingressam no Instituto Germinare. Toda a estrutura de ensino dos conteúdos da Base Comum Nacional do MEC – Ministério da Educação – bem como as disciplinas de gestão em negócios foram planejadas estrategicamente associadas a 6 (seis) pilares da administração de empresas, Controle e Finanças, Gestão e Pessoas, Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação, Operações, BtoC e Varejo, Marketing e Branding – para a formação do jovem executivo preparado de maneira plena para o mercado de trabalho. O ano foi marcado ainda pelo Programa de Tutores, onde mais de 200 executivos das empresas do Grupo J&F disseminaram conhecimento através de suas experiências práticas e potencializaram o aprendizado dos alunos complementando a formação teórica e acadêmica.

No ano de 2017 o Instituto Germinare inovou ainda com a implementação do sistema de ensino híbrido, que envolve a utilização das tecnologias com foco nas ações de aprendizagem, apresentando ao corpo docente uma maneira de integrar o aspecto tecnológico ao currículo escolar. Essa abordagem coloca o estudante como protagonista do seu aprendizado e oferece benefícios como maior engajamento, interatividade e senso crítico, melhor aproveitamento do tempo do professor e acompanhamento individual dos estudantes.

Pensando em proporcionar aos estudantes um equilíbrio no que tange a saúde física, mental, psicológica e social, o Instituto Germinare lançou o Projeto "Germinando Saúde e Bem-estar", que conta com o apoio de uma nutricionista, professores de condicionamento físico e psicóloga.

Em fevereiro de 2017, o Instituto Germinare participou do edital do CONDECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente / SP – a partir da inscrição de dois projetos. Em 22/08/2017 o órgão referido publicou o resultado deste edital e os dois projetos do Instituto Germinare foram considerados aptos para captação de recursos. Com isso, o contribuinte (pessoa física até 6% do limite do IR devido ou jurídica até 1% do IR Devido) tem a opção de escolher um dos projetos do Instituto que deseja apoiar. As destinações devem ser feitas por meio de depósito identificado na conta do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo e em seguida através de uma carta a pessoa física ou jurídica solicitam o recibo da doação e já indicam a doação realizada em prol de um dos projetos do Instituto Germinare.

Joesley Mendonça Batista
Diretor Presidente

André Alcântara Ocampos
Contador
CRC 1SP212475/O-5

* * * * *